Cumpre destacar que o certame possui **207 (duzentos e sete)** itens. Entretanto, ao término da fase de lances do **Item 1**, o Pregoeiro promoveu imediatamente a abertura do envelope de habilitação da empresa provisoriamente vencedora, procedeu à análise da documentação e divulgou o resultado da habilitação, declarando sua inabilitação. O mesmo procedimento foi sucessivamente repetido em relação aos demais itens.

Em razão dessa sistemática, a Recorrente, vencedora provisória do Item 1, teve sua inabilitação declarada antes da conclusão da fase de lances dos demais itens, sendo impedida de continuar participando da disputa relativa aos **206 itens remanescentes.**

Registra-se, ainda, que o Pregoeiro deixou de lavrar a ata da sessão realizada em **07, 08 e 14 de julho**, razão pela qual inexiste documento oficial apto a registrar os atos praticados naquela oportunidade. Até o presente momento, não foi elaborado qualquer documento formal que descreva o desenvolvimento da sessão, em afronta aos princípios da publicidade, da transparência, da motivação e da segurança jurídica.

Ao final da sessão do dia **07 de julho de 2026**, foi designada sua continuidade para o dia **08 de julho de 2026**, às 8h30. Contudo, na data e horário previamente fixados, nenhuma atividade relacionada ao certame foi realizada, tendo a sessão sido novamente redesignada para o dia **14 de julho de 2026.**

Essa sucessão de sessões improdutivas, desacompanhadas da indispensável formalização em ata, impôs elevados custos aos licitantes, que precisaram deslocar representantes, suportar despesas de transporte, alimentação e hospedagem, além de permanecerem à disposição da Administração sem qualquer proveito para o andamento do certame, circunstância que compromete a transparência, a

eficiência, a segurança jurídica e o controle dos atos administrativos.

Por fim, destaca-se que não foi oportunizada a fase recursal em relação ao julgamento das propostas, nem a fase de habilitação imediata a inabilitação ao item 1, quando estes foram analisados e divulgados pelo Pregoeiro.

## III – DA ANÁLISE

### 3.1 – DA EXIGÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA FASE DE LANCES

Conforme demonstrado na ata da sessão realizada em **18 de junho de 2026**, o único objetivo daquela reunião consistiu no recebimento e acautelamento dos documentos de habilitação antes da etapa competitiva, procedimento manifestamente incompatível com o rito estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

> Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:
>
> II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

Dessa forma, visando preservar a legalidade do procedimento e assegurar a correta realização da fase de lances, o Agente de Contratação/Pregoeiro decide ***SUSPENDER*** a presente sessão pública, redesignando sua continuidade para o ***DIA 07 DE JULHO DE 2026, às 09h00min***, oportunidade em que serão retomados os trabalhos a partir da fase em que se encontram.

Registra-se que todos os envelopes contendo os documentos de habilitação permanecerão devidamente lacrados, rubricados e sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, preservando-se sua inviolabilidade e integridade.

Fica consignado que as certidões e demais documentos de habilitação apresentados serão considerados válidos tomando-se como referência a data inicialmente designada para abertura da sessão pública, em observância aos princípios da razoabilidade, segurança jurídica, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório, não podendo eventual vencimento posterior ocasionar prejuízo às licitantes em razão de fato alheio à sua vontade.

Por fim, registra-se que somente participarão da continuidade da sessão as empresas regularmente credenciadas e que apresentaram tempestivamente os envelopes exigidos pelo Edital, permanecendo mantidas todas as condições anteriormente estabelecidas.

"Registra-se que somente poderão participar da continuidade da próxima sessão as licitantes que compareceram à sessão pública de hoje e apresentaram regularmente os envelopes de proposta e habilitação, não sendo admitida a inclusão de novos participantes após o encerramento da fase de credenciamento, e doc. de habilitação, nos termos do Edital e da Lei Federal nº 14.133/2021".

Além disso, todas as empresas já haviam sido regularmente credenciadas e apresentado suas propostas na sessão de 27 de maio de 2026.

Ainda assim, o Pregoeiro consignou em ata que *"somente poderão participar da continuidade da próxima sessão as licitantes que compareceram à sessão pública de hoje e apresentarem regularmente os envelopes de propostas e habilitação"*, embora os envelopes de proposta já houvessem sido regularmente entregues.

"Registra-se que somente poderão participar da continuidade da próxima sessão as licitantes que compareceram à sessão pública de hoje e apresentaram regularmente os envelopes de proposta e habilitação, não sendo admitida a inclusão de novos participantes após o encerramento da fase de credenciamento, e doc. de habilitação, nos termos do Edital e da Lei Federal nº 14.133/2021".

Registra-se também que a empresa MEDITA FARMA LTDA, não manifestou interesse e não compareceu ao certame para entrega dos envelopes de habilitação.

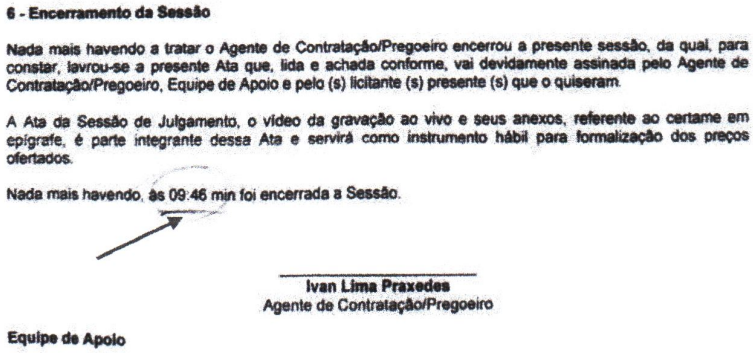
**MEDITA FARMA LTDA** CNPJ: 58.093.631/0001-82 IE: 15.135.23-9
Rua Major Abreu, 215 – Centro - Aperibé/RJ
meditafarmaltda@gmail.com

Por motivo de força maior, a Recorrente compareceu com atraso à sessão do dia **18 de junho de 2026.** Ao chegar à Prefeitura, recebeu cópia da ata e foi informada de que não poderia participar da sessão designada para **07 de julho de 2026,** sob o fundamento de que a sessão havia sido encerrada.

Entretanto, diante da inexistência de fundamento legal para recusar o recebimento do envelope de habilitação, o Pregoeiro acabou por recebê-lo, registrando que a entrega ocorreu às **9h32,** após o encerramento da sessão.




Todavia, a própria ata demonstra a inconsistência dessa justificativa, pois registra expressamente que a sessão somente foi encerrada às **9h46,** evidenciando que o envelope foi recebido antes do encerramento formal dos trabalhos.


**6 - Encerramento da Sessão**

Nada mais havendo a tratar o Agente de Contratação/Pregoeiro encerrou a presente sessão, da qual, para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelo (s) licitante (s) presente (s) que o quiseram.

A Ata da Sessão de Julgamento, o vídeo da gravação ao vivo e seus anexos, referente ao certame em epígrafe, é parte integrante dessa Ata e servirá como instrumento hábil para formalização dos preços ofertados.

Nada mais havendo, às 09:46 min foi encerrada a Sessão.

**Ivan Lima Praxedes**
Agente de Contratação/Pregoeiro

**Equipe de Apoio**

Não há qualquer fundamento jurídico que autorize o recebimento antecipado dos documentos de habilitação antes da fase de lances, tampouco a criação de condição restritiva consistente na obrigatoriedade de comparecimento a sessão destinada exclusivamente ao acautelamento desses documentos.

A exigência, além de destituída de respaldo legal, impôs ônus desnecessário aos licitantes, obrigando empresas sediadas em outras localidades a deslocarem representantes exclusivamente para entregar documentos que, nos termos da legislação vigente, sequer deveriam ser apresentados naquele momento procedimental.

Trata-se de procedimento incompatível com os princípios da legalidade, razoabilidade, eficiência, economicidade, competitividade e isonomia.

**2.2 – DA DIVULGAÇÃO PRÉVIA DA SITUAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ANTES DA FASE DE LANCES**

Algo ainda mais grave e absolutamente ABSURDO ocorreu durante a sessão pública realizada em **07/07/2026**, fato que pode ser constatado por meio da gravação oficial disponibilizada no seguinte endereço: **https://www.youtube.com/live/Bo4Dm2U_8is?si=7EjCXSkZaFzuYFa0**.

Inicialmente, destaca-se que **não foi lavrada ata da sessão**, uma vez que o Pregoeiro se recusou a registrar formalmente os acontecimentos ocorridos, privando os licitantes e os órgãos de controle do devido registro oficial dos atos praticados durante o certame.

Conforme se verifica na gravação, antes mesmo da fase de lances, o Pregoeiro divulgou duas relações de

licitantes: uma contendo as empresas que, segundo "sua pesquisa", possuíam o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA), emitido pela ANVISA, e outra contendo as empresas que supostamente não possuíam referido documento.

**Ocorre que o referido certificado constitui requisito de habilitação expressamente previsto no item 12.7 do Edital, que dispõe:**

> **12.7.** A empresa licitante deverá também apresentar o Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA), emitido pela ANVISA, e o CRF do farmacêutico da empresa licitante.

Dessa forma, ao divulgar previamente quais empresas, em seu entendimento, atendiam ou não ao requisito de habilitação, o Pregoeiro antecipou publicamente o resultado da análise documental, informando a todos os participantes, **antes mesmo do início da etapa competitiva de lances**, quais licitantes seriam posteriormente habilitados ou inabilitados.

Tal conduta compromete frontalmente a lisura da disputa, pois todos os concorrentes passaram a conhecer, de forma antecipada, quem permaneceria na disputa e quem seria excluído ao final da fase de habilitação. Essa divulgação prévia possui evidente potencial para influenciar a estratégia competitiva dos licitantes durante a etapa de lances, violando os princípios da isonomia, da imparcialidade, da competitividade e do julgamento objetivo que regem os procedimentos licitatórios.

Trata-se, portanto, de uma situação absolutamente incompatível com a condução regular de um certame público. A antecipação da análise dos documentos de habilitação, somada à ausência de ata da sessão em razão da recusa do

Pregoeiro em registrar os acontecimentos, evidencia grave irregularidade na condução do procedimento licitatório.

Em outras palavras, **antes mesmo da abertura da fase de lances, todos os licitantes já sabiam, por declaração expressa do próprio Pregoeiro, quais empresas seriam consideradas inabilitadas por supostamente não atenderem ao requisito previsto no item 12.7 do Edital.**

Trata-se de um fato de extrema gravidade, que macula a regularidade do certame e compromete a transparência e a igualdade de condições entre os participantes.

**2.3 – DA ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APÓS O JULGAMENTO DO PRIMEIRO ITEM**

Outra grave irregularidade consistiu na abertura dos documentos de habilitação imediatamente após o encerramento da disputa do **Item 1**, repetindo-se o mesmo procedimento para cada item subsequente.

Como consequência direta, a Recorrente foi declarada inabilitada logo após a disputa do primeiro item, sendo automaticamente **IMPEDIDA** de participar da disputa dos **206 itens restantes**, embora a fase competitiva ainda estivesse em pleno andamento.

Tal procedimento alterou substancialmente a dinâmica do certame, comprometendo a competitividade, a isonomia entre os licitantes e a busca da proposta mais vantajosa.

A sistemática adotada não encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, tampouco corresponde às boas práticas adotadas em procedimentos licitatórios, pode-se exemplificar os pregões eletrônicos, cuja lógica operacional impede justamente que decisões de habilitação interfiram no andamento da etapa competitiva.

Não se trata de mera irregularidade formal, mas de vício capaz de comprometer a validade do procedimento licitatório.

**2.4 – DA AUSÊNCIA DE ABERTURA DA FASE RECURSAL QUANTO AO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

Outra grave ilegalidade refere-se à completa supressão da fase recursal prevista na Lei nº 14.133/2021.

Dispõe o art. 165, inciso I, alíneas "b" **e** "c", da referida lei:

> Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
>
> I - (...)
>
> **b) julgamento das propostas;**
>
> c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

Entretanto, durante todo o desenvolvimento do certame, o Pregoeiro deixou de oportunizar aos licitantes o exercício do direito de manifestação da intenção de recorrer e do correspondente prazo recursal.

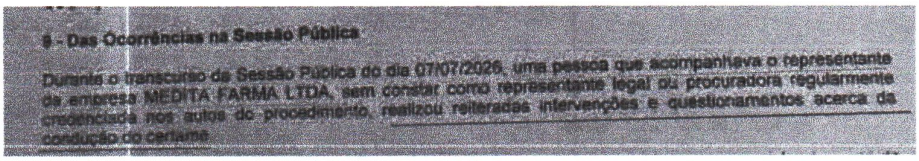
A irregularidade assume contornos ainda mais graves porque a Recorrente foi declarada inabilitada logo após o julgamento do **primeiro item**, sendo imediatamente excluída da disputa dos demais itens, **não sendo aberta também fase recursal quanto sua inabilitação neste momento.**

Surge, assim, inevitável questionamento: caso eventual recurso administrativo viesse a ser provido, como

seria possível restabelecer a igualdade entre os licitantes, considerando que a Recorrente já teria sido impedida de disputar os demais itens? A consequência lógica seria a anulação das etapas competitivas subsequentes, pois a empresa foi excluída prematuramente da disputa.

Evidencia-se, portanto, violação concreta ao devido processo administrativo, ao contraditório e à ampla defesa.

Importa destacar que todas as irregularidades foram apontadas ao Pregoeiro ainda durante a realização da sessão pública, oportunidade em que poderiam ter sido prontamente corrigidas, conforme foi registrado na ata do dia **15 de julho de 2026.** Todavia, nenhuma providência foi adotada para restabelecer a legalidade do procedimento.



**6 - Das Ocorrências na Sessão Pública**

Durante o transcurso da Sessão Pública do dia 07/07/2026, uma pessoa que acompanhava o representante da empresa MEDITA FARMA LTDA, sem constar como representante legal ou procuradora regularmente credenciada nos autos do procedimento, realizou reiteradas intervenções e questionamentos acerca da condução do certame.

Diante desse cenário, não restou à Recorrente alternativa senão interpor o presente recurso administrativo, buscando o reconhecimento das ilegalidades narradas, a restauração da legalidade do certame, a preservação da isonomia entre os licitantes e a adoção das medidas necessárias para impedir que procedimentos dessa natureza voltem a ocorrer em futuras contratações públicas.

Tal postura demonstra absoluto desrespeito aos direitos dos licitantes e aos princípios que regem as contratações públicas. Empresas deslocam-se por longas distâncias, mobilizam equipes técnicas, suportam elevados custos operacionais e dedicam dias inteiros à participação em procedimentos licitatórios, confiando que o certame será conduzido em estrita observância da legislação. Não é admissível que todo esse esforço seja comprometido por atos manifestamente ilegais e por uma condução incompatível com as garantias asseguradas pela Lei nº 14.133/2021.

Diante desse cenário, não restou à Representante alternativa senão provocar a atuação desta Egrégia Corte de Contas, buscando o reconhecimento das ilegalidades narradas e a adoção das medidas cabíveis para restaurar a legalidade do certame, preservar a isonomia entre os licitantes e impedir que procedimentos dessa natureza voltem a se repetir em futuras contratações públicas.

## IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, considerando as graves irregularidades verificadas na condução da Pregão em referência, requer a Recorrente a Vossa Senhoria:

**a)** O recebimento e conhecimento do presente **Recurso Administrativo**, por ser próprio, tempestivo e interposto em conformidade com as disposições do Edital e da Lei Federal nº 14.133/2021;

**b)** Seja reconhecida a existência das irregularidades apontadas na condução do certame, especialmente quanto:

- à exigência antecipada de apresentação dos documentos de habilitação antes da fase de lances, em desacordo com o procedimento estabelecido pelo artigo 63 da Lei nº 14.133/2021;
- à divulgação prévia de informações relativas à existência ou inexistência do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA) antes da etapa competitiva, comprometendo a isonomia, a competitividade e a igualdade de condições entre os licitantes;
- à análise e divulgação sucessiva da habilitação dos licitantes após a disputa de cada item, antes da conclusão da fase competitiva dos demais itens, ocasionando restrição indevida à participação da Recorrente;

- à ausência de abertura da fase recursal prevista no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, tanto da fase de julgamento das propostas quanto ao finalizar a fase de habilitação do item 1, impedindo o exercício do contraditório e da ampla defesa pela recorrente;
- à ausência de formalização em ata das sessões realizadas nos dias 07, 08 e 14 de julho de 2026, em afronta aos princípios da publicidade, transparência e motivação dos atos administrativos;

**c)** Seja determinada a anulação da licitação, assegurando-se igualdade de condições a todos licitantes;

**d)** Seja reconhecido que a divulgação antecipada da situação documental dos licitantes, especialmente quanto ao atendimento ou não do requisito previsto no item 12.7 do Edital (Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento - CBPDA), comprometeu a imparcialidade e a competitividade da disputa, devendo ser adotadas as medidas necessárias para restabelecimento da regularidade do procedimento;

**e)** Seja assegurada a observância integral do procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à ordem das fases licitatórias, análise da habilitação apenas no momento adequado, garantia do contraditório, ampla defesa e efetivo exercício do direito recursal;

**f)** Seja disponibilizada à Recorrente vista integral dos autos do procedimento licitatório, incluindo todos os documentos de habilitação apresentados pelas empresas participantes, atas, gravações oficiais das sessões, pareceres, decisões administrativas e demais documentos que integram o processo, garantindo-se o pleno exercício do direito de defesa;

**g)** Caso não seja esse o entendimento de Vossa Senhoria, requer seja o presente recurso encaminhado à autoridade superior competente para apreciação e julgamento, nos termos do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**h)** Seja determinada a adoção das providências necessárias para que os atos administrativos praticados no certame sejam devidamente registrados e formalizados em ata, especialmente as sessões públicas realizadas, garantindo transparência, controle e segurança jurídica ao procedimento;

**i)** Por fim, requer seja dado integral provimento ao presente recurso, com o reconhecimento das nulidades apontadas e a adoção das medidas necessárias para restabelecer a legalidade do certame, assegurando-se à Recorrente o direito de participar da disputa em igualdade de condições com os demais licitantes.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Aperibé, 17 de julho de 2026.

VILMA DOS SANTOS CONCEICAO:06975331740

Assinado de forma digital por VILMA DOS SANTOS CONCEICAO:06975331740
Dados: 2026.07.17 10:33:55 -03'00'

Representante Legal

**À PREFEITURA MUNICIPAL DO CARMO / RJ**

**A COMISSÃO DE CONTRATATAÇÃO DO MUNICÍPIO**

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Ref. Ao Pregão Presencial n° 005/2026**
**Processo n° 7176/2025**
**Edital: 031/2026**
**Recorrente: MEDITA FARMA LTDA**

MEDITA FARMA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° CNPJ: 58.093.631/0001-82, com sede em Rua Major Abreu, 215 Centro - Aperibe-RJ, neste ato representada por seu(sua) representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fundamento na Lei n° 14.133/2021 e nas disposições legais aplicáveis, apresentar o presente

## RECURSO ADMINISTRATIVO

em face das irregularidades na condução do certame que inabilitou de forma irregular a empresa MEDITA FARMA LTDA, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

O item 13.1 do Edital dispõe:

> "13.1. – Ao final da sessão e declarada à licitante vencedora pelo pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos."

Conforme consignado na ata da sessão pública realizada em **15 de julho de 2026**, foi registrada a intenção de recorrer e estabelecido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões recursais, em conformidade com o disposto no edital e na Lei nº 14.133/2021.

Considerando que a contagem do prazo observa apenas os dias úteis, o termo final para a apresentação das razões recursais é **20 de julho de 2026.**

Assim, resta plenamente demonstrado que o presente recurso foi interposto dentro do prazo legal e editalício, sendo, portanto, **tempestivo**, razão pela qual deve ser conhecido e regularmente processado.

## II- DOS FATOS

O Município do Carmo designou sessão pública para o credenciamento dos licitantes e recebimento das propostas para o dia 27 de maio de 2026, às 9h. Na ocasião, as 10 (dez) empresas presentes foram regularmente credenciadas e tiveram suas propostas recebidas, conforme consta da ata anexa.

Posteriormente, foi designada nova sessão para o dia 18 de junho de 2026, às 9h, ocasião em que o Pregoeiro promoveu o acautelamento dos envelopes de habilitação, procedimento realizado antes da fase de lances. A sessão foi iniciada às 9h e encerrada às 9h46, sem que houvesse qualquer disputa de lances, sendo suspensa e redesignada para o dia **07 de julho de 2026**, às 9h, conforme demonstra a respectiva ata.

Na sessão realizada em 07 de julho de 2026, compareceram 09 (nove) empresas. Antes mesmo do início da fase competitiva, o Pregoeiro divulgou duas listas contendo, respectivamente, as empresas que possuíam e aquelas que não possuíam o **Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA)**, emitido pela ANVISA, **documento de habilitação** exigido pelo item 12.7 do Edital.

Antes da divulgação dessas informações, a Recorrente alertou expressamente o Pregoeiro acerca da manifesta ilegalidade do procedimento. Todavia, sua manifestação foi desconsiderada, circunstância que pode ser constatada nas gravações oficiais da sessão pública, disponibilizadas nos seguintes endereços:

https://www.youtube.com/live/Bo4Dm2U_8is?si=7EjCXSkZaFzuYFa0 (gravação da sessão do dia 07 de julho de 2026)

https://www.youtube.com/live/wYJ8WporzsA?si=tsQPPQRU52sxOGvo (gravação da sessão do dia 08 de julho de 2026)

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1362147-6

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

**2026/00713265-1**

**JUCERJA**

**Último arquivamento:**
00007747618 - 04/05/2026
**NIRE:** 33.2.1362147-6
MEDITA FARMA LTDA

**Boleto(s):**

Hash: FE7888CE-3CA6-455E-9285-953601BF4B89

| Orgão | Calculado | Pago |
|---|---|---|
| Junta | 650,00 | 650,00 |
| DNRC | 0,00 | 0,00 |

Nome

MEDITA FARMA LTDA

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

002

Eventos

| Cód | Qtde. | Descrição do Ato / Evento |
|---|---|---|
| 021 | 1 | Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial) |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANA CLÁUDIA BRANDÃO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

| NIRE / Arquivamento | CNPJ | Endereço / Endereço completo no exterior | Bairro | Município | Estado |
|---|---|---|---|---|---|
| 00007862874 | 58.093.631/0001-82 | Rua MAJOR ABREU 215 | CENTRO | Aperibé | RJ |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxx | xx |

Deferido em 26/06/2026 e arquivado em 26/06/2026

Gabriel Oliveira de Souza Voi
SECRETÁRIO GERAL

| Nº de Páginas | Capa Nº Páginas |
|---|---|
| 9 | 1/1 |

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MEDITA FARMA LTDA
NIRE: 332.1362147-6 Protocolo: 2026/00713265-1 Data do protocolo: 26/06/2026
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2026 SOB O NÚMERO 00007862874 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 3F16D4F35C2E92F2C5AF5A795F88D02B6F10C50657FDCC6330339OBE72C4AE64
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

Presidência da República
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**Nº do Protocolo**

**2026/00713265-1** 26/06/2026 08:20:24

**JUCERJA**

**Último arquivamento:**
00007747618 - 04/05/2026
**NIRE:** 33.2.1362147-6
MEDITA FARMA LTDA
**Boleto(s):** 105512620
**Hash:** FF7888CE-3CA6-455E-9285-953601BF4B89

| Orgão | Calculado | Pago |
|---|---|---|
| Junta | 650,00 | 650,00 |
| DREI | 0,00 | 0,00 |

**NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)**
33.2.1362147-6

**Tipo Jurídico**
Sociedade empresária limitada

**Porte Empresarial**
Microempresa

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

# MEDITA FARMA LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

**Código do Ato**
002

| Código Evento | Qtde. | Descrição do ato / Descrição do evento |
|---|---|---|
| 021 | 1 | Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial) |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |

**Requerente**

| | |
|---|---|
| **Nome:** | Jehan Carlos Nunes Fuly |
| **Assinatura:** | ASSINADO DIGITALMENTE<br>O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo |
| **Telefone de contato:** | 2281361070 |
| **E-mail:** | jehanfuly@gmail.com |
| **Tipo de documento:** | Digital |
| **Data de criação:** | 26/06/2026 |
| **Data da 1ª entrada:** | |

Rio de Janeiro
**Local**

26/06/2026
**Data**

2026/00713265-1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MEDITA FARMA LTDA
NIRE: 332.1362147-6 Protocolo: 2026/00713265-1 Data do protocolo: 26/06/2026
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2026 SOB O NÚMERO 00007862874 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 3F16D4F35C2E52F2C5AF5A795F88D02B6F10C50657FDCC6330J390BE72C4AE64
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

# MEDITA FARMA LTDA

## PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

**VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO,** brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 28/02/1965, filha de Deolindo dos Santos e Edith Cesar, portadora da Carteira de Identidade sob o nº 10165892-0 expedida pelo IFP – RJ, e CPF sob o nº 069.753.317-40, residente e domiciliada na Rua Otacilio G Carrilho, nº 78, FDS Ferreira, Santo Antônio de Pádua, CEP 28.470-000, único representante da empresa **MEDITA FARMA LTDA**, estabelecida na Rua Major Abreu, nº 215, Centro em Aperibé-RJ, CEP: 28495-000, inscrita na Jucerja sob o NIRE 33213621476 e no CNPJ sob o nº 58.093.631/0001-82, RESOLVE de comum acordo, e na melhor forma de direito, proceder a Primeira Alteração Contratual para permitir o seguinte:

**A) Aumento do capital social;**
**B) Consolidação do contrato social adequando-o a Lei 10.406/2002.**

**PRIMEIRA CLÁUSULA ESPECIAL:** O capital social da empresa que era de 30.000 (trinta mil) cotas no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), já totalmente integralizada á vista e em moeda corrente e vigente do país, fica aumentado neste ato para 500.000 (quinhentas mil) cotas no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a sócia **VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO,** fica com 500.000 (quinhentas mil) cotas no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), já totalmente integralizado á vista e em moeda corrente e vigente do país. Ficando assim o capital social distribuído:

| NOME | Cotas | % | VALOR (R$) |
|---|---|---|---|
| VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO | 500.000 | 100 | R$ 500.000,00 |
| TOTAL | 500.000 | 100 | R$ 500.000,00 |

**SEGUNDA CLÁUSULA ESPECIAL:** Em face das alterações procedidas o contrato social passa a reger-se conforme a Lei 10.406/2002, pelas seguintes cláusulas.

## CONTRATO SOCIAL DE MEDITA FARMA LTDA

**PRIMEIRA** – A sociedade será por tempo indeterminado e gira sob a denominação social de **MEDITA FARMA LTDA**, estabelecida na Rua Major Abreu, nº 215, Centro em Aperibé-RJ, CEP: 28495-000.

**SEGUNDA** – A sociedade tem como atividades: (4644-3/01) Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, (4646-0/02) Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal, (4631-1/00) Comércio atacadista de leite e laticínios, (4645-1/01) Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, (4637-1/99) Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente, (4647-8/01) Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, (4644-3/02) Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário, (4645-1/02) Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia, (4649-4/08) Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, (4664-8/00) Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar, partes e peças (4645-1/03),

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MEDITA FARMA LTDA
NIRE: 332.1362147-6 Protocolo: 2026/00713265-1 Data do protocolo: 26/06/2026
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2026 SOB O NÚMERO 00007862874 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 3F16D4F35C2E92F2C5AF5A795F88D02B6F10C50657FDCC63303390BE72C4AE64
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Comércio atacadista de produtos odontológicos, (5320-2/02) Entrega rápida.

**TERCEIRA** – O capital social é no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) divididos em 500.000 (quinhentas mil) cotas no valor unitário de R$ 1,00 (um real) já totalmente integralizado em moeda corrente do país dividido entre os sócios da forma seguinte:

| NOME | Cotas | % | VALOR (R$) |
|---|---|---|---|
| VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO | 500.000 | 100 | R$ 500.000,00 |
| TOTAL | 500.000 | 100 | R$ 500.000,00 |

**QUARTA** – A administração da sociedade caberá á Srª. **VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO**, com o poder e atribuição de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

**QUINTA** – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**SEXTA** – A sócia **VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO,** fará jus a uma retirada mensalmente a título de "pró labore" que será convencionada entre todos.

**SÉTIMA** – As cotas de capital são indivisíveis e sua transferência a terceiros, só poderá ser efetuada mediante autorização expressa do outro sócio ao qual fica assegurado o direito de opção em igualdade de condições, procedendo-se de conformidade com o determinado na cláusula oitava.

**OITAVA** – O sócio que quiser transferir suas cotas de capital comunicará por escrito ao outro sócio o nome do pretendente e o preço ajustado. Se ao término de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do aviso, se o sócio não tiver exercido o direito de transferência que lhe é assegurado na clausula anterior, poderá então transferir ao pretendente indicado.

**NONA** – Os lucros ou prejuízos que se verificarem nos balanços, encerrados sempre em 31 de dezembro, de cada ano serão contabilizados na conta "lucro e perdas", para posterior deliberação dos sócios.

**DÉCIMA** – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, á data da resolução, verificada em balanço especial levantado.

**Parágrafo único** – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**DÉCIMA PRIMEIRA** – Os Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não est(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, feita ou suborno, concussão,



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MEDITA FARMA LTDA
NIRE: 332.1362147-6 Protocolo: 2026/00713265-1 Data do protocolo: 26/06/2026
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2026 SOB O NÚMERO 00007862874 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 3F16D4F35C2E92F2C5AF5A795F88D02B6F10C50657FDCC63303390BE72C4AE64
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 4/9

## *DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE*

EU, JEHAN CARLOS NUNES FULY, COM INSCRIÇÃO ATIVA NO CRC-RJ 088258/O-9 EXPEDIDO EM 18/01/2013, INSCRITO NO CPF sob o nº 007.237.187-09, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e civeis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos Apresentados:

1) PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA MEDITA FARMA LTDA (03 FOLHAS).
2) DBE DOCUMENTO BASICO DE ENTRADA DE CNPJ (01 FOLHA).
3) DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE ASSINADA PELO CONTADOR JEHAN CARLOS NUNES FULY (01 FOLHA).
4) CERTIDÃO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (01 FOLHA).

Itaocara-RJ, 25 de junho de 2026.

Jehan Carlos Nunes Fuly
Rua Nilo Peçanha 603
Centro Itaocara RJ
Cep 28570 000
Contador CRC 088258/O-9
CPF 007.237.187-09

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MEDITA FARMA LTDA
NIRE: 332.1362147-6 Protocolo: 2026/00713265-1 Data do protocolo: 26/06/2026
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2026 SOB O NÚMERO 00007862874 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 3F16D4F35C2B92F2C5AF5A795F88D02B6F10C50657FDCC63303390BE72C4AE64
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Assim achando-se justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual valor e teor para um só efeito obrigando-se mutuamente bem cumpri-lo por si e seus herdeiros, nomeando o fórum desta cidade para dirimir os casos omissos neste contrato, que serão resolvidos pelas leis em vigor.

**Aperibé-RJ, 22 de junho de 2026.**

VILMA DOS SANTOS CONCEICAO:06975331740

Assinado de forma digital por VILMA DOS SANTOS CONCEICAO:06975331740
Dados: 2026.06.23 15:37:10 -03'00'

**VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO**



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MEDITA FARMA LTDA
NIRE: 332.1362147-6 Protocolo: 2026/00713265-1 Data do protocolo: 26/06/2026
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2026 SOB O NÚMERO 00007862874 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 3F16D4F35C2E92F2C5AF5A795F88D02B6F10C5065?FDCC63303390BE72C4AE64
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 5/9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

# DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM
RJN2632168277

## 01. IDENTIFICAÇÃO

| NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) | Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ |
|---|---|
| MEDITA FARMA LTDA | 58.093.631/0001-82 |

## 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

247-Alteracao de capital social
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: RJ27921212 - 58093631000182

## 03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

■ FCPJ ■ QSA

## 04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

| NOME DO PREPOSTO | CPF DO PREPOSTO |
|---|---|
| | |

## 05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

■ Responsável ☐ Preposto

| NOME | CPF |
|---|---|
| VILMA DOS SANTOS CONCEICAO | 069.753.317-40 |

| LOCAL E DATA | ASSINATURA (com firma reconhecida) |
|---|---|
| | |

## 06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

## 07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MEDITA FARMA LTDA
NIRE: 332.1362147-6 Protocolo: 2026/00713265-1 Data do protocolo: 26/06/2026
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2026 SOB O NÚMERO 00007862674 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 3F16D4F35C2E92F2C5AF5A795F88D02B6F10C50657FDCC63303390BE72C4AE64
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

CRCRJ
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
## CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

**O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

### IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : JEHAN CARLOS NUNES FULY
REGISTRO..... : RJ-088258/O-9
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.237.187-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO DE JANEIRO, 13/03/2026 as 09:47:45.
Válido até: 11/06/2026.
Código de Controle: 2897870.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRJ.

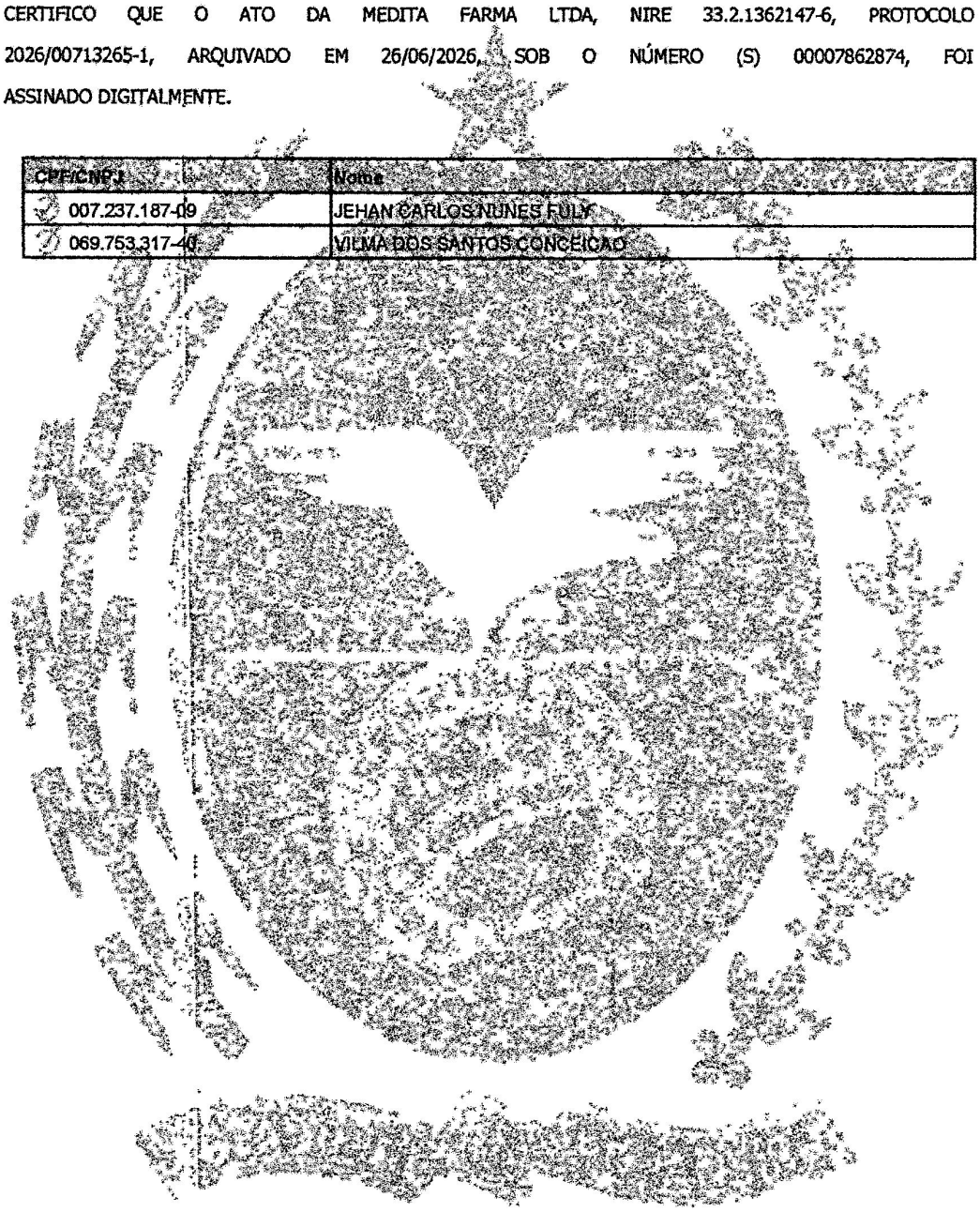


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MEDITA FARMA LTDA
NIRE: 332.1362147-6 Protocolo: 2026/00713265-1 Data do protocolo: 26/06/2026
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2026 SOB O NÚMERO 00007862874 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 3F16D4F35C2B92F2C9AF5A795F88D02B6F10C50657EDCC63303390BE72C4AE64
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 8/9

# IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA MEDITA FARMA LTDA, NIRE 33.2.1362147-6, PROTOCOLO 2026/00713265-1, ARQUIVADO EM 26/06/2026, SOB O NÚMERO (S) 00007862874, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

| CPF/CNPJ | Nome |
|---|---|
| 007.237.187-09 | JEHAN CARLOS NUNES FULY |
| 069.753.317-40 | VILMA DOS SANTOS CONCEICAO |



26 de junho de 2026.

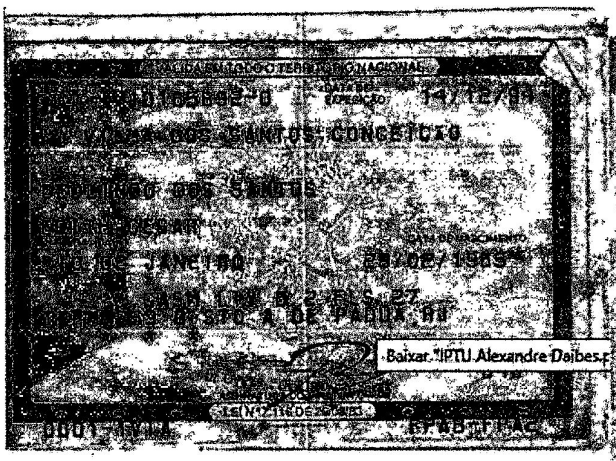
Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral

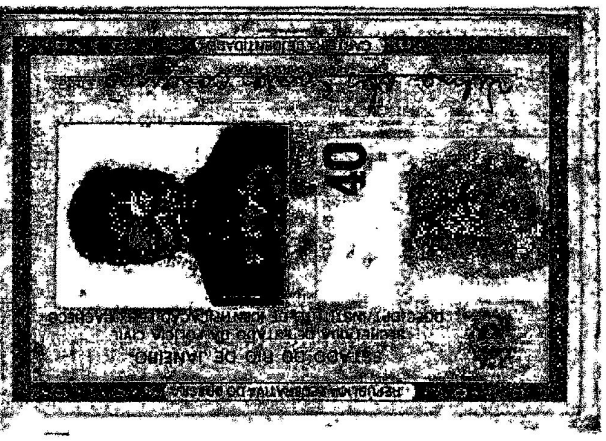


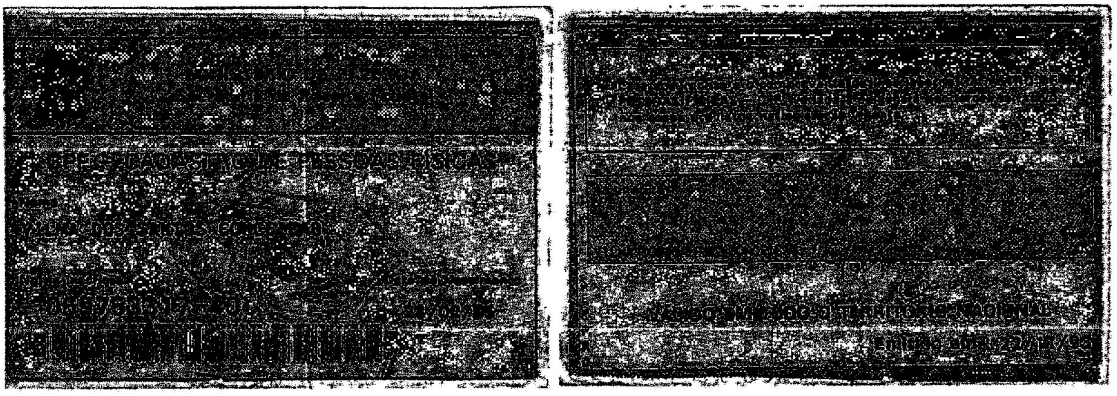
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MEDITA FARMA LTDA
NIRE: 332.1362147-6 Protocolo: 2026/00713265-1 Data do protocolo: 26/06/2026
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2026 SOB O NÚMERO 00007862874 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 3F16D4F35C2E92F2C5AF5A795F88D02B6F10C50657FDCC63303390BB72C4AE64
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancaladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

Pag. 9/9


Baixar "IPTU Alexandre Daibes.p





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **58.093.631/0001-82**<br>**MATRIZ** | | **13/11/2024** |

NOME EMPRESARIAL
**MEDITA FARMA LTDA**

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| ******** | **ME** |

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
**46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
**46.31-1-00 - Comércio atacadista de leite e laticínios**
**46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente**
**46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário**
**46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios**
**46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia**
**46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos**
**46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal**
**46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria**
**46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar**
**46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças**
**53.20-2-02 - Serviços de entrega rápida**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
**206-2 - Sociedade Empresária Limitada**

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **R MAJOR ABREU** | **215** | ******** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **28.495-000** | **CENTRO** | **APERIBE** | **RJ** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **CONTIL.CONTABILIDADE@TERRA.COM.BR** | **(22) 3861-8450** |

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **13/11/2024** |

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **25/05/2026** às **09:19:49** (data e hora de Brasília).

Medita Farma
DISTRIBUIDORA

# PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 10165892-0, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 069.753.317-40, residente e domiciliado à Rua Otacilio G. Carrilho, nº 78 - Fundos, Bairro Ferreira, Santo Antonio de Pádua-RJ, na qualidade de sócia-administradora da empresa **MEDITA FARMA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 58.093.631/0001-82, com sede à Rua Major Abreu, nº 215, Centro, Aperibé-RJ, nomeia e constitui sua bastante procuradora a Sra. **MARIANA FERREIRA DOS SANTOS**, brasileira, representante de vendas, portadora da Carteira de Identidade nº 119431252, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 078.452.647-84, onde esta vier a particular, junto à Órgãos Públicos, Federais, Estaduais, Municipais e Autarquias, bem como seus departamentos, órgãos, secretarias e postos avançados e ainda perante pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, podendo para tanto, assinar, juntar e retirar documentos diversos, assinar declarações e requerimentos, ofertar lances verbais, proposta de preços, assinar planilha de preços e proposta global, assinar livros de presença e Atas, impugnar licitantes e propostas, recorrer a qualquer Instância Administrativa, delegar do direito de recurso, rubricar páginas de documentos de pré-qualificação, debater cláusulas contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir,m firmar compromissos, solicitar informações, assinar contratos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer.

**Validade: 31 de Dezembro de 2026.**

Aperibé-RJ, 17 de Junho de 2026.

VILMA DOS SANTOS CONCEICAO:06975331740

Assinado de forma digital por VILMA DOS SANTOS CONCEICAO:06975331740
Dados: 2026.06.17 14:21:39 -03'00'

**VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO**
**Sócia-Administradora**
**CPF/MF Nº 069.753.317-40**

Medita Farma

# PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 10165892-0, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 069.753.317-40, residente e domiciliado à Rua Otacilio G. Carrilho, nº 78 - Fundos, Bairro Ferreira, Santo Antonio de Pádua-RJ, na qualidade de sócia-administradora da empresa **MEDITA FARMA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 58.093.631/0001-82, com sede à Rua Major Abreu, nº 215, Centro, Aperibé-RJ, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **RENAM PATRÍCIO BRUM**, brasileiro, solteiro, representante de vendas, portador da Carteira de Identidade nº MG-19392349, expedida pelo SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o nº 107.610.116-09, residente e domiciliado à Rua Odilon Rambaldi de Souza, nº 137-A, Bairro São João, Pirapetinga-MG, onde esta vier a particular, junto à Órgãos Públicos, Federais, Estaduais, Municipais e Autarquias, bem como seus departamentos, órgãos, secretarias e postos avançados e ainda perante pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, podendo para tanto, assinar, juntar e retirar documentos diversos, assinar declarações e requerimentos, ofertar lances verbais, proposta de preços, assinar planilha de preços e proposta global, assinar livros de presença e Atas, impugnar licitantes e propostas, recorrer a qualquer Instância Administrativa, delegar do direito de recurso, rubricar páginas de documentos de pré-qualificação, debater cláusulas contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir,m firmar compromissos, solicitar informações, assinar contratos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer.

**Validade: 31 de Dezembro de 2026.**

Aperibé-RJ, 23 de Março de 2025.

Vilma dos Santos Conceição

**VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO**
**Sócia-Administradora**
**CPF/MF Nº 069.753.317-40**

30º Ofício de Santo Antonio de Pádua
Rua dos Cedros, 20 - Centro
Reconheço as firmas por Semelhança de:
VILMA DOS SANTOS CONCEIÇÃO
Emolumentos: 5,50 Fundos: 1,53
Selo: 0,27 Total: 17,77
Em test. da verdade. Com.
SELO DE FISCALIZAÇÃO
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
SANTO ANT. DE PÁDUA-RJ

**MEDITA FARMA LTDA** CNPJ: 58.093.631/0001-82 IE: 15.135.23-9
Rua Major Abreu, 215 – Centro - Aperibé/RJ
meditafarmaltda@gmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

# CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

1 NOME E SOBRENOME
RENAN PATRICIO BRUM

4a DATA EMISSÃO
22/06/2023

4b VALIDADE
20/06/2033

ACC
D

2 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
22/10/1993 PIRAPETINGA/MG

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
M3109392349 PC MG

4d CPF
107.610.116-09

5 Nº REGISTRO
05763706984

6 CAT. HAB.

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
ADILSON TADEU BRUM

SILMARA FERREIRA PATRICIO BRUM

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

26235193389

| 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|
| ACC | | | |
| A | | | |
| A1 | | | |
| B | | 20/06/2033 | |
| B1 | | | |
| C | | | |
| C1 | | | |

| 9 | 10 | 11 | 12 |
|---|---|---|---|
| D | | | |
| D1 | | | |
| BE | | | |
| CE | | | |
| C1E | | | |
| DE | | | |
| D1E | | | |

13 OBSERVAÇÕES
A;

LUCAS VIEIRA BORGES PINHEIRO
CHEFE DE GABINETE

ASSINATURA DO EMISSOR

LOCAL
ALEM PARAIBA, MG

02354872620
MG641046661

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

26235193389

MINAS GERAIS

Scanned with CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Carmo

**PROTOCOLO Nº:** 003881/2026

**DATA:** 20 / 01 /2026

**RESPONSÁVEL:** LUCAS

**REQUERENTE:** MEDITA FARMA LTDA

**ASSUNTO:** RECURSO ADMINISTRATIVO

**Email:** _____ **Tel:** _____

**PAGO EM:** _____ / _____ / _____

**VALOR:** _____

**BANCO:** _____

**RESPONSÁVEL:** _____

**DEFERIDO EM:** _____ / _____ / _____

**INDEFERIDO EM:** _____ / _____ / _____

**OBSERVAÇÕES:** _____

**ARQUIVA-SE EM:**

_____ / _____ / _____

_____